*Artigo

Projetos Político Pedagógico: uma análise prática

A inclusão de projetos no currículo não é uma ideia nova e nem revolucionária no ramo da educação. No entanto, na última década, essa prática evoluiu para uma estratégia de ensino com uma definição mais formal. Trabalho com projeto ganhou um lugar de maior interesse na sala de aula quando os pesquisadores documentaram o que o professores há muito já sabiam: os alunos participam mais quando têm a chance de se aprofundar em problemas complexos, desafiadores e, às vezes, bastante confusos que se assemelhem à vida real.

A intensidade dos estudos, dos debates e acumulação das experiências educativas no âmbito da educação infantil, representa, em alguma medida, aquele que tem sido o movimento nacional em torno da definição das orientações educativas para as crianças de zero a seis anos. Reconhece-se a especificidade da educação infantil como primeira etapa da educação básica, cuja função sustenta-se no respeito aos direitos fundamentais das crianças e na garantia de uma formação integral orientada para as diferentes dimensões humanas (linguística, intelectual, expressiva, emocional, corporal, social e cultural), realizando-se através de uma ação intencional orientada de forma a contemplar cada uma destas dimensões como núcleos da ação pedagógica.

Nesse sentido, a apropriação dos sistemas simbólicos de referência exige, essencialmente, consideradas crianças como ponto de partida, inseridas, como não poderia deixar de ser, no âmbito de uma infância determinada. A responsabilidade de dirigir o desenvolvimento da ação educativa envolve um compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças a partir da ampliação das experiências próximas cotidianas, em direção à apropriação de conhecimentos no âmbito mais ampliado e plural, porém, sem finalidade cumulativa ou com caráter de terminal idade em relação à elaboração de conceitos.

A necessidade de dar visibilidade aos núcleos da ação, como forma de orientar a organização do trabalho diário junto às crianças, não prescinde da afirmação de uma pedagogia que tome a infância como um pressuposto; que reconheça as crianças como seres humanos concretos e reais, pertencentes contextos sociais e culturais que as constituem.

Enquanto construção social, a infância deve ser reconhecida em sua heterogeneidade, considerando fatores como classe social, etnia, gênero, religião, como determinantes da constituição das diferentes infâncias e de suas culturas. Neste sentido, cabe ainda destacar que o projeto educacional pedagógico é mais amplo e exige a definição dos processos de organização e estrutura que viabilizarão o cumprimento das funções sócio educativas da educação infantil: o espaço e os materiais, os mecanismos de relação com as família se os processos de formação dos profissionais, etc.

O desafio para a constituição e consolidação de uma Pedagogia da Infância tem exigido, sobretudo a partir da acumulação científica e da diversificação das práticas pedagógica sem âmbito local e nacional a retomada criticamente as bases educacionais e pedagógicas orientadoras para a educação infantil, a partir de uma perspectiva social, histórica e cultural da criança, da infância e de sua educação. É nesse sentido que se entende a dimensão dos conhecimentos na educação das crianças pequenas.

Marlene Aparecida de Souza, cursando pedagogia na Universidade Anhanguera.

Jucélia Coelho da Silva, habilitada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, especialização em Educação Especial e Inclusiva.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
Everttton Matheus Nogueira
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.265.184/0001-37

PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07

GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247 W
CNPJ 01.828.544/0001-09

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Atividades de Educação Ambiental encerram período de brigadistas do Prevfogo/MT

Foto: Nicélio Silva/Ibama/MT

Finalizando o período de contrato das brigadas do Prevfogo em Mato Grosso, os brigadistas de 3 assentamentos e de 2 terras indígenas receberam uma oficina de educação ambiental, realizada em parceria com o Núcleo de Educação Ambiental do Ibama (NEA/MT). A oficina faz parte do projeto Tecnologias Sociais e Boas Práticas na Agricultura Familiar e Tradicional, aprovado para o exercício de 2015.

No último período, de 28/11 a 05/12, as atividades foram no município de Cotriguaçu, onde envolveram 4 comunidades rurais (Águas claras, Linha Gaúcha, Nova Esperança e Nova União), e no município de Nova Bandeirantes.

Com a colaboração de analistas ambientais do Ibama de Cuiabá, Alta Floresta e Sinop, a primeira oficina ocorreu em Cáceres, para os brigadistas dos Projetos de Assentamento Paiol e Limoeiro, no período de 17 a 20/novembro. Os temas principais perpassaram as Alternativas ao Uso do Fogo, com agroecologia, sistemas agroflorestais e silvipastoris (SAFs), viveiro de baixo custo para produção de mudas nativas, recuperação de nascentes e áreas de proteção permanente (APPs), aproveitamento de água de chuva e aproveitamento de produtos extrativistas da sociobiodiversidade.

Ultimo

No último período, de 28/11 a 05/12, as atividades foram no município de Cotriguaçu, distante 920 km da capital, onde envolveram 4 comunidades rurais (Águas claras, Linha Gaúcha, Nova Esperança e Nova União), e no município de Nova Bandeirantes, distante 1017 km de Cuiabá, tendo como temas principais as Alternativas ao Uso do Fogo.

Ibama

As ações foram executadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Permeando todas as atividades foram exibidos vídeos socioambientais do Circuito Tela Verde, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Saída

Alterar a data de pagamento dos servidores públicos de Mato Grosso do último dia útil do mês para o décimo dia de cada mês facilitaria a manter os pagamentos em dias devido ao fluxo de caixa do governo do Estado. A explicação foi dada pelo secretário de Fazenda, Paulo Brustolin, após o balanço das ações da Sefaz nessa quarta-feira .

Alteração

De acordo com ele, o governo tem um fluxo de recebimento maior nas proximidades do dia 10 de cada mês. No caso da alteração da data ser confirmada, seria feita uma reunião com o fórum sindical dos servidores. O Estado possui mais de 100 mil servidores, que correspondem a uma folha salarial de mais de R$ 610 milhões ao mês.

*Bastidores da Política

Eu também

O ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, anulou uma condenação porque o réu estava algemado no interrogatório. Este fato aconteceu no Rio de Janeiro e pode soar trivial aos ouvidos dos mais desavisados. Porém, para José Geraldo Riva, soa como um alento. É que ele também já compareceu algemado à audiência.

Argumentos

A defesa de Riva protocolizou, em 2015, nada menos do que 20 pedidos de exceção de suspeição contra a juíza do caso. Entretanto, todos foram negados. Porém, esta decisão do STF poderá fundamentar novos argumentos para possíveis pedidos. O fato é que no dia 12 de novembro, Riva compareceu algemado ao Fórum de Cuiabá.

Riva x Selma

Riva acusa a juíza de "perseguição", por isso, a magistrada não seria capaz de julgá-lo com imparcialidade. De acordo com a defesa de Riva, Selma "possui não apenas sólida relação de inimizade, como também sentimento de repulsa por sua pessoa, não estando apta a realizar, de forma imparcial, o julgamento".

Saindo

A presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), Luciane Bezerra (PSB), comunicou ao secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, sua intenção de deixar o órgão para disputar a Prefeitura de Juara nas eleições de 2016. Em reunião, ela explicou ao secretário os motivos da mudança de planos.

Indefinido

Ainda não há definição da data que Luciane deixará o Intermat, mas o prazo limite para desincompatibilização de quem quer disputar as eleições municipais é até o dia 2 de abril de 2016. Luciane assumiu o cargo em janeiro deste ano, no início do governo Pedro Taques. Ainda não há informações sobre quem será o substituto dela.

De 2014

Das 141 prefeituras do Estado, 10 tiveram as contas de gestão referentes ao exercício 2014 reprovadas pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e 8 receberam parecer contrário à aprovação das contas de governo, cuja prerrogativa de julgamento final é das Câmaras de Vereadores. Dentre os municípios com problemas, o maior é Várzea Grande.

Irregularidades

Em Alta Floresta, o TCE encontrou irregularidades quanto ao pagamento de combustível e a não comprovação do pagamento de despesas com maquinário e caminhões. Ao todo, o prefeito Asiel Bezerra (PMDB), o ex-secretário Luiz Carlos de Queiroz e outras cinco empresas devem pagar multa no valor de aproximadamente R$ 1,5 milhão.

Análise

O TCE divide o julgamento das pretações em conta de governo e conta de gestão. A primeira prevê julgamento político por isso precisa do parecer dos vereadores. Nela é verificado principalmente se os percentuais constitucionais foram aplicados corretamente em áreas como educação, saúde e gasto com pessoal.

Ex-governador recorre pela 7ª vez à Justiça para deixar a prisão

A defesa do ex-governador Silval Barbosa (PMDB), preso na Operação Sodoma, impetrou novo pedido de habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O recurso, distribuído ao desembargador convocado da 6ª Turma, Ericson Maranho, foi impetrado contra a decisão da desembargadora Serly Marcondes, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que negou o pedido de liberdade ao ex-governador. Esta é a sétima tentativa de Silval sair do Centro de Custódia da Capital, onde está preso há três meses.